

## ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, realizou-se, por videoconferência, a 68ª Reunião Ordinária do CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP de Paranaguá, na sede da Autoridade Portuária – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – sito Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Paranaguá/PR, relativa ao mês de abril deste mesmo ano. Presidiu a reunião o representante do Ministério da Infraestrutura Felipe Ozorio Monteiro da Gama. Estavam presentes os seguintes conselheiros representantes do Poder Público: Luiz Fernando Garcia da Silva (**Estado do Paraná**), Luiz Teixeira da Silva Junior (**Portos do Paraná**), Gerson Zanetti Fauz (**Receita Federal**) e João Antonio Batista Lozano (**Município**); os representantes da classe empresarial: João Paulo Barbieri (**SINDOP**), João Ivano Marson (**ABTP**), e Hemerson Costa (**SINDOP**); o representante da classe dos trabalhadores: Sandro Pereira (**FNP**); e os seguintes convidados: Carlos Eidam de Assis (**CONSAD - Portos do Paraná**), Rodrigo Schmitt (**FECOMERCIO**), Argyris Ikononou (**SINDAPAR**), Julio Verner Nadolny (**Paranaguá Pilots**), Nilson Hanke Camargo (**CONSAD-FAEP**), Fernando Russo (**Portos do Paraná**), André Cassanti Neto (**Portos do Paraná**), Jamile Luzzi Elias (**Portos do Paraná**), Roger Michel R. G. de Oliveira (**Portos do Paraná**), João Luiz Vila Verde (**Portos do Paraná**), Marcel Guthier Villatore (**Portos do Paraná**), Chudson Honorato Bezerra (**Portos do Paraná**), Bruna Pereira Veiga Nicolau (**Portos do Paraná**), Thales Schwanka Trevisan (**Portos do Paraná**), Samantha C. de Albuquerque (**EPL**), Leandro Rodrigues e Silva (**EPL**) e Ubiratan de Freitas (**ANTAQ**). **EXPEDIENTE: ITEM I**) O Presidente Felipe Ozorio Monteiro da Gama saudou e agradeceu a presença de todos, e após verificação de quórum, deu início à 68ª Reunião Ordinária deste Conselho. **ITEM II**) Após disponibilizada previamente aos membros do Conselho e não havendo objeções, foi aprovada a ata da 67ª Reunião Ordinária em seu teor integral. **ITEM III**) Não houve membros a serem empossados. **ITEM IV**) Não houve correspondência enviada para esta secretaria. **ITEM V) Informações Gerais.** O Presidente informou que na próxima reunião os termos de posse serão assinados retroativamente com a presença dos conselheiros. **ORDEM DO DIA – ITEM VI) Apresentação – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ).** O Presidente fez breve introdução à pauta esclarecendo o progresso da Portaria nº 03 de 2014 para a Portaria nº 61 de 2020, do Ministério da Infraestrutura (MINFRA), que abarca também os Planos de Desenvolvimento Portuário (PDZ). Após, passou a palavra para a equipe da Portos do Paraná frente aos trabalhos do PDZ. O Coordenador de Fiscalização da Gerência de Arrendamentos, Fernando Russo, apresentou o grupo multissetorial designado pela Portaria nº 044 de 2021 da APPA, responsável por auxiliar a elaboração do PDZ ao lado da empresa contratada. Em seguida, foi informado por ele que a Autoridade Portuária recebeu da Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários (do MINFRA), um comunicado dando a ciência de estar com o PDZ de 2018 da Portos do Paraná, e, por esta razão, foi solicitada a submissão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento

Portuário adequado à Portaria nº 61 de 2020. Diante da necessidade apresentada, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) foi contratada para realizar a elaboração do instrumento de planejamento do zoneamento portuário. Após reuniões, e muito trabalho, o instrumento ficou apto a ser submetido à Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários. Posto isso, passou a palavra para a equipe da EPL dar segmento na apresentação do plano. O Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento Logístico da EPL, Leandro Rodrigues e Silva, explicou que o PDZ se refere a unidade específica da visão do gestor portuário; enquanto o Plano Mestre, do MINFRA, se refere a visão do outorgante. Em suas palavras, a equipe virou madrugada para entregar o plano - um trabalho que reflete as expectativas, as estratégias comerciais e as ações prioritárias conforme a visão do porto. Disse ainda estar seguindo os objetivos condizentes à Portaria nº 61 de 2020, do MINFRA, que relaciona todos os elementos e aspectos obrigatórios dentro do PDZ. – **Leandro R. Silva:** “A integração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento da Portos do Paraná com o Plano Mestre é fundamental e precisa ser coerente observando suas diferenças, concernente ao PDZ uma estratégia específica de negócio do complexo portuário”. Com a palavra, a coordenadora da EPL, Samanta C. de Albuquerque compartilhou, por meio de programa de software, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do porto de Paranaguá. Os instrumentos apresentados, seguindo a hierarquia, foram o Plano Geral de Outorgas, instituído pela Portaria nº 61/2020, que oferta investimentos e consolida projetos de outorga do setor portuário; o Planejamento Estratégico, instituído pela Portaria nº 123/2020, que aponta as necessidades e as oportunidades nas ofertas de capacidades dos subsistemas de transportes; o Plano Mestre, instituído pela Portaria nº 61/2020, que direciona investimentos e ações na relação porto-cidade e em seus acessos; e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, instituído também pela Portaria nº 61/2020, que adequa as instalações e promove a eficiência das operações portuárias, e define o ordenamento das áreas conforme projeções. Apresentou as alterações legais da Portaria nº 61/2020 em relação a Portaria nº 03/2014 mostrando os anexos I, II e III que compreendem aos tópicos de proposta, banco de dados de georreferencia e itens anexados. – **Samantha C. de Albuquerque:** “alguns dos itens do anexo I já estavam no documento conforme a Portaria nº 03/2014, mas a Portaria nº 61/2020 trouxe alterações”. Em seguida apresentou as alterações nos tópicos do anexo I de: informações gerais, zoneamento, instalações acessórias do porto, relação sintética dos processos e sistemas de apoio operacional relativo ao tráfego, licenciamento ambiental, vias de circulação, acessos terrestres, acessos aquaviários e plano de ações e investimentos. Em relação ao anexo II mostrou por imagem de georreferenciamento as áreas prejudicadas pelas operações portuárias, e apontou alterações nas instalações de armazenagem, de movimentação e nas áreas Greenfield conforme a portaria vigente. Os acessos rodoviários ao porto constam no planejamento junto aos estudos de impacto ambiental, e nesse sentido, foi apresentado as melhores alternativas viáveis de acesso rodoviário ao porto. Em seguida mostrou os traçados alternativos estudados para a construção da nova ponte. Citou os investimentos previstos e os realizados nos acessos rodoviários de Paranaguá ao porto. Concluiu apresentando a resolução do

déficit de capacidade para exportação de grãos vegetais, citando a construção de novos píeres em “F” (Cais Oeste) e em “T” (APPA) previstos para serem concluídos em 2032; o aumento da produtividade na movimentação de granéis líquidos com a expansão do PPGL (construção de novos berços e obras de dragagem), com término previsto dentro de quatro anos; o projeto de implementação da nova moega ferroviária e reestruturação rodoferroviária denominado “Moegão”, com término previsto dentro de dois anos; o fomento à inclusão de obras de melhorias do acesso ferroviário na renovação dos contratos de concessão, com término previsto em 2026; a estruturação da governança corporativa com modelo voltado para resultados, de ação contínua; as melhorias de tecnologia da informação e segurança, de ação contínua; a implementação de usina biogás no porto de Paranaguá; a implementação de boas práticas de gestão ambiental e de segurança e saúde do trabalho; a implantação do projeto estratégico de hidrogênio verde nos portos de Paranaguá e Antonina, com término previsto para 2028; e o fomento de processos de realocação, desapropriação e aquisição de áreas em situação de risco e no entorno portuário. Ao final da apresentação os conselheiros João Marson e João Paulo Babieri levantaram algumas perguntas relacionadas às vias rodoviárias e foram prontamente esclarecidas. **ITEM VII) Apresentação – Diagnóstico, Prognóstico e Planejamento de Ganhos Operacionais no Porto de Paranaguá/PR.** O Diretor de Engenharia e Manutenção da Portos do Paraná, André Cassanti, cumprimentou a todos e apresentou brevemente as atividades desenvolvidas para os ganhos operacionais atribuídos ao grupo de trabalho permanente formado por Portos do Paraná, Capitania dos Portos do Paraná e Praticagem de Paranaguá. Após a introdução, passou a palavra para o Analista Portuário, João L. V. Verde, que por meio de programa de software iniciou o tema da pauta apresentando a diagnose operacional do porto. – **João L. V. Verde:** “a diagnose operacional nada mais é que a situação operacional do porto de Paranaguá e os trabalhos que estamos empregando para mantê-lo seguro. Cada parte do canal tem duas particularidades e dentro delas exigem planos de ações diferentes. A nossa forma de atuação varia conforme a área em que estamos trabalhando. Isso demanda um esforço grande por parte de todos os membros da engenharia da operação, auxiliados sempre pelo serviço da Praticagem e anuído pela Capitania dos Portos do Paraná. Dessa forma, temos em nossos contratos, para o calado operacional, sempre disponível uma manutenção de sinalização náutica. Como o canal é muito extenso, é importante que nossas referências dentro do mar sejam sempre constantes e atuantes; além dos levantamentos hidrográficos em áreas específicas, conforme as demandas de prevenção dos possíveis pontos de assoreamento. ” Em seguida mostrou os calados operacionais de alguns berços do porto de Paranaguá que estão limitados a máximo de 12,5 metros devido às pedras da Palangana. Em seguida foi apresentado o panorama analítico da prognose operacional da infraestrutura marítima nas seguintes etapas: conexão canal-bacia de evolução; conexão canal-bacia de evolução pós-derrocagem; cenário pré-derrocagem; e cenário atual. Das obras em execução foi apresentado o plano de ganhos operacionais com cronograma até 2024 que tem o objetivo de chegar aos 13,3 metros de ganhos por meio das obras de dragagem de alargamento do canal de acesso e dragagem

de manutenção da bacia de evolução. – **João L. V. Verde:** “No caso, uma das grandes problemáticas que enfrentamos acontece no estreitamento e afunilamento do canal de navegação quando ele atinge a bacia de evolução. Isso ocorre porque há as pedras da Palangana, o que motivou a obra de derrocagem”. Concluiu comentando que a partir de 2024 serão realizados novos estudos para acima de 13,3 metros. O convidado Nilson Hanke perguntou sobre o documento de batimetria e a autorização de expansão do calado, e foi prontamente esclarecido por João L. V. Verde. O conselheiro João Marson comentou sobre a possibilidade de incluir um representante do segmento portuário – associado da ABTP Paranaguá, no Grupo de Trabalho conforme instituído pela Portaria 94/22 da APPA envolvido nas atividades de ganhos operacionais justificando a preocupação da ABTP em estar por dentro da situação e poder contribuir. Após explanação sobre a motivação da criação e composição, o grupo formado pela autoridade portuária, autoridade marítima e a empresa de praticagem se colocou à disposição para tratativas posteriores acerca do tema. **ITEM VIII) Relatório anual – Autoridade Portuária.** A apresentação do relatório anual de operações da Portos do Paraná foi remanejada para a 69ª Reunião Ordinária. **ITEM IX) Reuniões do CONSAD.** Com uso da palavra, conselheiro do CONSAD, Nilson Hanke fez breve comentário sobre os assuntos tratados na 92ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Portos do Paraná, referente ao mês de abril. Disse a respeito da demanda jurídica pleiteada na década de 80 por trabalhadores portuários avulsos contra a APPA que pedia a integração desses trabalhadores ao quadro de funcionários próprios e ao pagamento das multas trabalhistas. No caso, houve muita preocupação e discussão sobre o assunto nas reuniões, mas que, felizmente, a APPA teve êxito na ação. Em seguida comentou a apresentação dos relatórios contábeis e financeiros. O conselheiro do CONSAD, Carlos Eidam de Assis parabenizou a equipe jurídica da Portos do Paraná, responsável pela defesa num processo que poderia inviabilizar a APPA, mas tiveram êxito e tornaram possível a discussão das novas perspectivas para o porto. Além desses assuntos, foi lembrado pelo conselheiro o contrato de renovação da BUNGE. O diretor-presidente e conselheiro do CAP, Luiz Fernando Garcia da Silva ponderou ser uma das ações mais antigas que tomou um volume de expressão financeira incerta e impossível de ser paga, e por isso colocava em risco as atividades administrativas portuárias. No fim dessa ação, que durou mais de trinta anos, a justiça reconheceu que a Administração Portuária de Paranaguá e Antonina não fazia parte da discussão entre trabalhadores portuários avulsos e sindicatos na relação trabalhista. Por isso, a retirada da APPA do processo é uma notícia que estava sendo aguardada com muita expectativa por todos da administração. **ITEM X) ASSUNTOS GERAIS. I)** O Conselheiro João Marson, da ABTP, solicitou que seja avaliada a possibilidade de trazer o “Curso de Formação de Supervisor de Segurança Portuária (CONPORTOS), conforme a Resolução 53, à cidade de Paranaguá. **ITEM XI) Comunicados Finais.** Sem mais manifestações, o presidente agradeceu a presença de todos. Por fim, e não havendo nada mais a ser tratado, encerrou a reunião e solicitou a lavratura da presente Ata.